

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

Capítulo 1

ASPECTOS GERAIS DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA COMPREENSÃO DAS QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	27
---	-----------

1.1. A preservação da empresa como um dos escopos da recuperação judicial.....	27
1.1.1. A evolução do Direito da empresa em crise no Brasil	29
1.1.2. Principais aspectos procedimentais da recuperação judicial.....	36
1.2. A natureza coletiva e estrutural do processo de recuperação judicial: fomento de um ambiente cooperativo e gestão complexa de múltiplos interesses	42
1.3. A recuperação judicial como espécie de processo concursal	50
1.4. A atribuição de competências no processo de recuperação judicial conforme a LREF.....	55
1.4.1. Noções gerais sobre jurisdição e competência	55
1.4.2. O juízo competente para o processamento do pedido de recuperação judicial.....	59
1.4.3. Diferenciando os conceitos de unidade, indivisibilidade e universalidade na recuperação judicial e na falência ...	63
1.5. A cognição simultânea dos órgãos julgadores durante o processamento da recuperação judicial	67
1.6. A concepção jurisprudencial de uma universalidade para o juízo da recuperação judicial.....	69
1.6.1. A insuficiência do princípio da preservação da empresa como fundamento para a universalidade do juízo recuperacional	74

1.7. A competência implícita do juízo da recuperação judicial para gerir o patrimônio social do devedor	76
1.8. Uma proposta possível: a universalidade do juízo recuperacional a partir da influência do estado de crise nas soluções jurídicas aplicáveis	79
1.9. À guisa de reflexão: as dificuldades inerentes à universalização do juízo recuperacional	83

Capítulo 2

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL: CONCEITO, FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POTENCIALIDADES DAS INTERAÇÕES ENTRE OS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS	87
2.1. Cooperação judiciária: voluntariedade, engajamento, informalidade e humanização.....	87
2.2. A implementação de um sistema nacional de cooperação judiciária pelo CPC de 2015	91
2.2.1. Fundamentos normativos da cooperação judiciária nacional.....	93
2.2.1.1. Princípio da cooperação.....	93
2.2.1.2. Princípio da eficiência processual.....	94
2.2.1.3. A compreensão funcional das formalidades do processo.....	95
2.2.1.4. A compreensão contemporânea da garantia do juiz natural, informada pelo princípio da eficiência	99
2.2.1.5. A possibilidade de flexibilização da cognição judicial	103
2.2.2. Principais características do sistema nacional de cooperação judiciária conforme o CPC e a Resolução nº. 350/2020 do CNJ.....	107
2.2.3. O objeto do ato concertado: modificação, combinação e repartição de competências jurisdicionais.....	115
2.2.4. Cooperação judiciária para fins de consulta	118
2.2.5. A impugnação do ato cooperado e das decisões proferidas a partir de sua celebração	121
2.2.6. O conteúdo dogmático do dever de cooperação	123
2.2.7. A afinidade da cooperação judiciária com o ambiente estrutural da recuperação judicial	127

Capítulo 3

REPENSANDO A UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A PARTIR DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA: A FORMAÇÃO DE ESTRUTURAS COMBINATÓRIAS DE COMPETÊNCIAS.....	131
3.1. A universalidade do juízo recuperacional informada pela visão cooperativa de processo: mais articulação e diálogo, menos condicionamento e imposição	131
3.2. A formação de estruturas combinatórias de competência mediante cooperação judiciária.....	134
3.2.1. A positivação de um dever específico de cooperação no contexto recuperacional: a inclusão dos §§ 7º-A e 7º-B no art. 6º da LREF	134
3.2.2. Parâmetros para definição da melhor cognição: visão universal do juízo da recuperação judicial <i>versus</i> visão parcial do juízo individual	143
3.2.3. Outros arranjos jurisdicionais cooperativos para inclusão do juízo recuperacional em mais processos decisórios	149
3.2.3.1. Decisões sobre o cabimento de atos de constrição sobre bens do devedor.....	150
3.2.3.2. Decisões envolvendo relações jurídicas essenciais para a preservação da empresa	153
3.2.3.3. Cooperação para exercício da função de consulta pelo juízo recuperacional.....	157
3.2.3.4. Hipóteses-tipo de utilização da cooperação para questões operacionais	160
3.2.3.4.1. Desbloqueio de bens constritos para pagamento de dívidas concursais, transferência de recursos do devedor ao juízo da recuperação judicial e extinção das execuções	160
3.2.3.4.2. Definição da natureza do crédito (concurso ou extraconcurso), considerando a data do ajuizamento do pedido e o fato gerador da obrigação.....	163

3.2.3.4.3. Coordenação das fases de liquidação e habilitação dos créditos trabalhistas.....	164
3.2.4. As boas práticas cooperativas em matéria de recuperação judicial	166
3.2.5. O exercício coordenado de competências no combate à proliferação de conflitos de competência	168
3.3. À guisa de conclusão: a necessária superação dos entraves de ordem burocrática e cultural para o adequado desenvolvimento das práticas cooperativas.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS	181